

A INTERNACIONALIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Constituição, Racismo e Relações Internacionais

CELSO LAFER

Editora
Manole

**342.7.(100)
L162i**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Lafer, Celso, 1941-

A internacionalização dos direitos humanos: Constituição, racismo e relações internacionais / Celso Lafer. - Barueri, SP : Manole, 2005.

Bibliografia.

ISBN 85-204-2429-5

1. Anti-semitismo - Brasil 2. Brasil - Constituição (1988) 3. Direito internacional 4. Direitos humanos 5. Racismo - Brasil 6. Relações internacionais I. Título.

05-3335

CDU-342.7 (100)

Índices para catálogo sistemático:

1. Direitos humanos : Internacionalização : Direito constitucional 342.7 (100)

342.7.(100)
L162i

SOBRE O AUTOR

Celso Lafer (São Paulo, 1941) é Professor Titular da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), na qual estudou (1960-1964) e leciona desde 1971. Obteve o seu ph.D. em Ciência Política na Universidade de Cornell, EUA, em 1970; a livre-docência em Direito Internacional Público, em 1977, e a titularidade em Filosofia do Direito, em 1988, ambas na Faculdade de Direito da USP.

Foi Ministro de Estado das Relações Exteriores (1992,2001-2002) e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (1999), tendo sido, de 1995 a 1998, Embaixador, Chefe da Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas e à Organização Mundial do Comércio, em Genebra.

É autor, entre outro livros, de *A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt* (1988); *Desafios: ética e política* (1995); *Comércio, desarmamento, direitos humanos: reflexões sobre uma experiência diplomática* (1999); *Mudam-se os tempos. Diplomacia Brasileira 2001-2002*, vol. 1 e vol. 2, (2002); *Hannah Arendt: pensamento, persuasão e poder* (2.ed. revista e ampliada, 2003); *A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira. Passado, presente e futuro* (2.ed. revista e ampliada, 2004); em co-autoria com Alberto Filippi, *A presença de Bobbio. América Espanhola, Brasil, Península Ibérica* (2004).

SUMÁRIO

1. Introdução	1
Parte I	
2. A Constituição de 1988 e as relações internacionais: reflexões sobre o art. 4º	11
Parte II	
3. Parecer. O caso Ellwanger: anti-semitismo como crime da prática do racismo	33
I. Considerações preliminares	33
II. Positivização, generalização, internacionalização e especificação como processo de afirmação dos direitos humanos	36
III. Interpretação do art. 5o, XLII, da Constituição - critérios	39
IV. Interpretação do art. 5o, XLII, da Constituição - o HC n. 82.424-2 e o risco do esvaziamento do conteúdo jurídico do preceito constitucional	43
V. Os argumentos apresentados no HC n. 82.424-2 e os ensinamentos de decisões da Suprema Corte dos EUA e da Câmara dos Lordes da Inglaterra	50
VI. Da raça ao racismo	54
VII. A prática do racismo e o seu impacto no Direito Internacional da Pessoa Humana - a contribuição do Direito Internacional Público para a exegese do art. 5o, XLII, da Constituição de 1988	59
VIII. Amplitude da prática do racismo no Brasil	73
IX. Síntese conclusiva	81
4. STF - Habeas Corpus n. 82.424/RS - Ementa. Relator originário: O Sr. Ministro Moreira Alves; Relator para o acórdão: O Sr. Ministro Presidente (Maurício Corrêa); Paciente: Siegfried Ellwanger; Impetrantes: Werner Cantalício João Becker e outra; Coator: Superior Tribunal de Justiça	89
5. Análise e interpretação do art. 5o, XLII, da Constituição de 1988: sobre o alcance e o significado do crime da prática do racismo, uma discussão do caso Ellwanger e da decisão do STF no HC n. 82.424/RS	93
I. O crime da prática do racismo - art. 5o, XLII, da Constituição de 1988: seu enquadramento jurídico	93
II. Breve histórico do iter jurídico do caso Ellwanger. A decisão do STF no HC n. 82.424/RS. Síntese das duas grandes questões examinadas pelo STF: (i) a abrangência do crime da prática do racismo; (ii) a hipótese do conflito de princípios constitucionais	97
III. O debate sobre a abrangência do crime da prática do racismo	100

IV. A discussão sobre a hipótese de conflito entre o princípio da liberdade de manifestação do pensamento e o crime da prática do racismo: a ponderação feita pelo STF	108
V. Um voto absolutório surpreendente: crítica	115
VI. Conclusão	120
Parte III	
6. Norberto Bobbio: A era dos direitos - uma apresentação	123